

**Laços e expectativas: nomes, padrinhos e devoções em um Rio de Janeiro urbano.
Rio de Janeiro, 1860 – 1870.**

Jaciana de Oliveira Xavier Melquiades *

Resumo: O caráter violento da escravidão pode ser visto como tentativa de ampliação de um espaço de manobra que, muitas vezes, fora reduzido quase à nulidade. As concessões e doações não poderiam ser dissociadas de conquistas, que na maioria das vezes também têm esse caráter violento. Neste trabalho estas serão questões centrais, com enfoque no cotidiano do escravizado. O compadrio e os objetos de fé desses homens do oitocentos, pode nos apresentar laços, e nos permite entender relações humanas forjadoras em meio a tantas tradições e regras implícitas. Neste artigo, apresento questões e fontes presentes em minha pesquisa.

Palavra-chave: Escravidão; Rio de Janeiro.

Abstract: The violent character of slavery can be seen as an attempt to expand the space for maneuver, which often was reduced almost to nullity. Concessions and grants could not be dissociated from achievements, which in most cases also have this violent character. This work will be central issues, with focus on the daily life of slavery. The sponsorship and the objects of faith of men of the nineteenth century, can give us ties, and enable us to understand human relations forgers in the midst of many traditions and implicit rules. In this article, presenting issues and sources used in my research.

Keyword: Slavery, Rio de Janeiro.

Os José eram Zeca, Zequinha, Juquinha e Juca. Os Manuel: Neco, Mane, Maneco, Manuelzinho. Os João: Jão, Janjão e Joãozinho. Os Antônio: Toninho, Totônio, Tônico e Antoninho. Por sua vez, de Luis provinha o apelido Lulu; de Carlos, Carlitos e Carlinhos; de Pedro, Pedroca e Pedrinho; de Afonso, Afonsinho; de Francisco, Chico e Chiquinho; de Gustavo, Tatavo.

As designações e apelidos – em que preponderava o tom bem brasileiro e carinhoso dos diminutivos – não tinha, porém, termo ali. Aqueles eram os tempos em que se costumava chamar às meninas de sinhazinhas; às senhoritas de sinhás-moças; as senhoras, de sinhás-donas, ou de nãnhans; e às matronas de sinhás-velhas. Época boa, em que um menino era o ioiô, um jovem cavalheiro tinha o direito a ser chamado acariciantemente de sinhôzinho, e o dono da casa estava conhecido, simples e gravemente, como sinhô. Longínqua era do Seu Manuel, do Seu Doutor, do Seu Joaquim, de Sia Dona, das dedicadas babás e das excelentes mães-pretas.

Este é um trecho do texto de Adolfo Morales de Los Rios Filho. Contextualmente, descreve as palavras e nomeações possíveis de origem indígena e de origem africana (MORALES de LOS RIOS FILHO, 1946: 332). Insere no vocabulário de um leitor do século XXI uma série de palavras cujos significados nos são alheios, e ainda revela sentidos semânticos totalmente diversos aos vocábulos que possam nos ser íntimos. Aos nomes de

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. A participação no evento foi proporcionada pelo referido programa de Pós-graduação.

origem européia, destaca os que têm origem “santa”, muito em voga no século XIX. Utilizado como epigrafe para este artigo, as designações exemplificadas trazem em seu bojo a hierarquização social presente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Adolfo nasceu em 1887, ainda nos tempos das *sinhás* e *mães-pretas*, e seu trabalho contribuiu bastante para aumentar as questões que movimentam minha pesquisa.

A nomeação, forma pela qual o individuo é apresentado à sociedade, pode indicar lugares sociais. Os santos de devoção podem indicar identidades forjadas através de um símbolo comum. As redes sociais assim explicitadas podem nos dar a dimensão dos espaços de ajuda mútua, das organizações sociais, do sentido dos símbolos de *status*, das possibilidades de agência dos homens escravizados na segunda metade do século XIX.

A região Urbana do Rio de Janeiro contou com uma intensa reconfiguração nos quadros sociais entre os anos de 1860 e 1870. A intensificação do tráfico interno para o Sudeste levanta uma série de questões referentes às mudanças sócio econômicas, que teriam como agravante, a influência das fortes secas que abalaram a economia das Províncias do Norte, na década de 1860. Desta forma o tráfico interprovincial teria ganhado novo fôlego, atraindo mais e mais escravos para o sudeste. Estes, oriundos do norte e nordeste do país, juntamente com africanos e crioulos já estabelecidos no sudeste, teriam idéias de liberdade e de ritmo de trabalho construídas nas relações específicas com seus senhores (COUCEIRO, 2003). O Rio de Janeiro acolheria, assim, uma infinidade de costumes, de percepções de mundo, que tinham que conviver, mesmo que por poucos dias, enquanto durasse a comercialização nesta crescente modalidade de venda de homens. Pode-se afirmar, ainda, que houve um processo de esvaziamento de escravos da Corte por conta do tráfico interprovincial, visto que este comércio visava suprir as necessidades das áreas produtoras de café (CONRAD, 1985: 78; SLENES, 1986: 114 – 120; GRAHAM, 2007). Temos em nossa historiografia trabalhos que abordam as ações escravas no sentido de intervirem em seus destinos, tendo como palco de conflito o Rio de Janeiro, que teve um substancial aumento em número de fugas. Os trabalhos apontam na direção de que a transferência desses escravos para as áreas rurais se deu em meio a conflitos, fugas e reconfiguração deste espaço urbano .

Este processo de reconfiguração – nos mais diversos aspectos – que, pode-se dizer, esteve atrelado às formas possíveis de perceber a sociedade, pode mostrar-se sobremaneira complexo. Inserido em um debate que busca fazer dialogar os mais diversos grupos sociais a fim de compreender a lógica das mudanças, o trabalho a ser desenvolvido ao longo do curso de mestrado tem como proposta acompanhar, em um curto espaço de tempo, a formação de laços entre escravos, libertos e livres (talvez este seja o grupo mais complexo, pois incluirá

somente os que tiverem antepassados forros ou quando houver alguma indicação de cor, como pardo e mulato). Laços estes que tentarei vislumbrar /esboçar a partir das relações de compadrio, da nomeação e mesmo da agregação. Libertos e escravos teriam o mesmo padrão de padrinhos? Quais as formas de associações seriam feitas por pessoas livres com um passado escravo? Os santos protetores escolhidos por estes segmentos sociais atenderiam ao mesmo tipo de prece? Em que medida há uma criouliização de valores e o quanto esta contribui na reorientação de práticas sociais?

A cidade do Rio de Janeiro era grande e funcionava como uma interseção neste comércio. Fugir neste universo abriria possibilidades para começar uma vida nova no anonimato da grande cidade, e até tentar achar o caminho de volta para famílias que ficaram longe. Em inícios do século XIX, barreiras sociais, políticas e econômicas protegiam a posição privilegiada das famílias das elites e seus escravos. No entanto, quando refletimos sobre as possibilidades de formação de famílias escravas no seio desta sociedade escravista, percebemos que o sentido destas poderia estar atrelado à autonomia por parte do cativo, representando parte de suas expectativas em relação ao futuro. Autonomia e liberdade são temas de debates atuais que já têm bem definidos os parâmetros de discussão. Alguns autores difundem a idéia de liberdade pautada em ideais senhoriais, sendo o objetivo do livre o não trabalho, a possibilidade do ócio (KARASCH, 2000: 104). Este posicionamento foi bastante relativizado em trabalhos mais recentes, posto que mesmo que admitamos os “ideais senhoriais” como possibilidade, não podemos perder do horizonte analítico a experiência cotidiana dos escravos e seus descendentes que tinham no trabalho possibilidades de manutenção de uma vida em família, muitas vezes longe dos olhos e cuidados do senhor. Liberdade, então, seria mais bem avaliada partindo-se das possibilidades de administração do próprio tempo e ainda do “viver sobre si”, excluindo-se da vida dos cativos o encaixo senhorial e possibilitando a criação de argumentos em defesa da liberdade formal, a alforria. Admitindo uma hierarquização da sociedade, cujos elementos centrais seriam ancestralidade, propriedade, cor, renda alta e ocupação, os possuidores de poucos escravos ou trabalhadores braçais dariam aos escravos maiores possibilidades de alcançar a liberdade formal. Em uma cidade como a do Rio de Janeiro, repleta de pequenos proprietários e de escravos com possibilidades de arrecadar pecúlio em função de sua própria liberdade, e ainda, de pertencer a entidades que favorecessem a libertação de seus membros, talvez a corte fosse o lugar ideal para fugir, estabelecer família ou “viver sobre si”.

A Freguesia carioca que serve de respaldo a este artigo, é a que esteve em torno da paróquia que a nomeou, a da Igreja do Santíssimo Sacramento, declarada pronta em 30 de

junho de 1859. Pronta, sim, mas não sem a participação de muitos anônimos e particulares no seu percurso de construção. Em 1816, depois de passar por várias igrejas, esta irmandade adquiriu ao Coronel José de Souza Meireles, pela quantia de cinco contos de réis, o terreno situado à Rua Erário, atual Avenida Passos. Em 1820 ficou pronta a capela-mor, o que rendeu à paróquia ajuda do governo, que lhe concedeu loterias a serem vendidas em benefício da construção do templo. Vários anônimos juntaram esforços em função da construção e uma igreja. Esta profusão de ações individuais, movidas por razões não explicitadas nas fontes, suscita uma série de questões relevantes ao período. Um credo ou uma devoção a determinado Santo poderia caracterizar um fator que agregasse indivíduos que se reconhecessem pertencentes a uma mesma comunidade? Os fiéis seriam capazes de mobilizar o poder público no sentido de demarcar limites físicos da cidade do Rio de Janeiro? A oferta de trabalho de uma dada localidade, ou o aumento do número de moradores pode ter relação direta com a manutenção do poder local? E em que medida a formação das famílias de escravos e ex-escravos seria favorecida por uma associação direta com estes poderosos do local? Com base nestes questionamentos é possível pensar em que medida as ações individuais conjugadas, ou não, por um mesmo objetivo interfeririam na esfera pública, demarcando, no mínimo, territórios na Corte. E podemos sugerir, ainda, que laços fictícios de parentesco, formalizados no ato do batismo teriam possibilitado a formação e manutenção de famílias de escravos e seus descendentes. O que se pode afirmar, por hora, é que freguesia de Santíssimo Sacramento, de acordo com o censo de 1849, representa a maior concentração escrava na corte imperial (KARASCH, 2000: 112), e, neste sentido, oferece material de análise para uma maior diversidade de setores sociais.

Batismos, casamentos e formação de laços parentais fictícios

Dando atenção às informações contidas nos livros de batismos das freguesias urbanas do Rio de Janeiro, é possível a reconstrução de um universo de possibilidades, levando em consideração fracassos, incertezas e racionalidades limitadas¹, que se encaixam bem às novas perspectivas da historiografia da escravidão. Desta forma busco observar o processo de construção de identidades sociais, plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança, etc) demonstrando a

¹ O sentido de racionalidade limitada é o de que um agente histórico não tem acesso a todo o processo no qual sua vida está inserida, limitando suas escolhas ao universo possível e plausível à sua realidade. Ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

capacidade de ação por parte de escravos, forros e livres enquanto sujeitos históricos, objetivando conquistas de espaços e autonomia. Para tanto são reconhecidas as relações de negociação, frutos da capacidade dos escravos de conjugar recursos garantidos por relações efetivadas na experiência do cativo. Esta negociação permite a preservação e criação destes espaços de autonomia, lidando com aspectos cotidianos, contribuindo para a formação de identidades culturais e comunidades. Recriam-se significados de liberdade e escravidão, redefinindo continuamente políticas senhoriais e percepções escravas.

Olhando objetivamente para o livro de batismo de livres da freguesia do Santíssimo Sacramento, podemos sugerir alguns posicionamentos iniciais sobre as possibilidades de apadrinhamento nesta freguesia. Exatamente todos os batizados (até o momento na pesquisa) têm ao menos um padrinho do sexo masculino. Ao passo que percebemos que grande parte dos padrinhos é livre, e seus afilhados oriundos das mais diversas possibilidades de concepção familiar, podemos supor escolhas por parte destas famílias, posicionamentos diante do universo de possibilidades de manutenção da vida em liberdade, que teria, em alguma instância, uma relação direta com o apadrinhamento. A hipótese que move esta pesquisa é a de que as famílias escravas e pobres tinham uma relação próxima com pequenos comerciantes da Corte. Alfaiates, padeiros, donos de Mercarias e mesmo ex-escravos com algum ofício especializado, teriam status social assegurado pela posição que ocupavam dentro da comunidade, e em uma escala menor, dentro de pequenos grupos de convivência. Estes homens poderiam, em relação à maioria despossuída, oferecer aporte financeiro ou mesmo prestígio (crédito, confiabilidade, status) aos que estivessem atrelados a eles. Batizar uma criança, neste contexto, poderia representar (dependendo da escolha de padrinho) uma aliança que garantiria este prestígio não só ao batizando, como ao restante da família.

Em pesquisa realizada como bolsista ao longo da graduação, levantei dados coletados de livros de batismos de escravos entre 1856 e 1865. Entre os períodos compreendidos entre 1856 e 1865, temos dados referentes aos quadros familiares do período. Houve um aumento substancial da quantidade de mulheres crioulas batizando seus filhos, representado pela cifra de 54%, enquanto no caso das mães africanas houve um declínio de 23% nos batismos. As famílias estariam sendo formadas, mesmo que se levadas em conta as crianças que não receberam o batismo, em maioria por mães crioulas na Corte? Este aumento teria relação com o tráfico interprovincial? Se sim, de onde viriam estas mães? No livro batismo de livres da Freguesia de Sacramento também foi possível encontrar escravas e livres com passado escravo batizando seus filhos. Vemos muitas mulheres conseguindo libertar seus filhos, e a partir daí, podemos pensar no poder social exercido por esta mulher. Por mínimo que fosse,

foi suficiente para garantir uma vida fora da escravidão aos filhos. Precisamos saber mais sobre elas, sobre como conseguiam sustentar suas famílias, sobre que tipos de laços sociais formavam, sobre como conseguiram driblar as fronteiras escravistas.

Muitos inocentes tiveram seus batismos lançados neste livro de livres por serem forros de pia. Neste tipo de batismo, o senhor liberta o batizando no ato do batismo. Não necessariamente por extrema bondade, ou única e simplesmente por bons serviços dos pais da criança, mas estas poderiam ser de grande valia na aquisição da alforria de um pequeno cativo. A vontade senhorial muitas vezes está explicitada no registro, quanto à agência das mães em prol da alforria de seus filhos, só podemos supor. Em números absolutos, as crioulas livres representam 65% das que figuraram neste livro na primeira metade da década de 1860. As africanas constituem 35% das mães na mesma situação. No caso das mães cativas, as crioulas são ainda em maior quantidade. Esta diferença numérica pode estar relacionada ao fim do tráfico transatlântico, com um aumento crescente no número de crioulos em território nacional, mas dá indicativos, também, dos lugares sociais que africanos e crioulos ocupam gradativamente, apontando e delineando conflitos entre os grupos.

Aos vinte e seis dias do mez de outubro de mil oito centos e sessenta e um nesta freguesia de Santíssimo Sacramento da Sé baptizei e puz os sanctos óleos a Elvira Luíza do nascimento, adulta, filha natural de Felicidade, escrava de Martinho Correa Vasques, cazado com Dona Leopoldina Gemini Correa Vasques, natural desta Corte; foi padrinho Agapito Luiz do Nascimento, e Protectora Nossa Senhora das Dores. E neste mesmo acto compareceu perante mim e as testemunhas abaixo assinadas e dice que de sua livre vontade dava inteira e plena liberdade – digo – e este mesmo acto compareceo perante mim a das testemunhas abaixo assignadas o senhor Martinho Correa Vasques dizem que muito de sua livre vontade dava plena e inteira liberdade a sua cria Elvira Luíza do Nascimento, filha de sua escrava Felicidade como se de ventre livre nascesse, e que para todo o tempo conste lavrei este termo e as testemunhas que foram Leonardo Henrique da Costa e José Francisco Mauricio: de que para constar fiz este assento que assignei. (Livro de Batismo de Livres, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – AP0079)

Elvira Luíza do Nascimento foi alforriada no ato de seu batismo, e para meu espanto inicial foi classificada como adulta. Sua mãe, chamada Felicidade, era ainda escrava. Diferentemente dos outros registros em que as mães são citadas, neste caso não se tem informação sobre a data de nascimento de Elvira. Pode-se supor, no entanto, que a moça seja crioula visto que no registro conta que o senhor Vasques dá a liberdade à *sua cria*. Os padrinhos escolhidos para (ou por?) ela foram Nossa Senhora das Dores e Agapito Luis do Nascimento e é flagrante a relevância deste segundo na vida desta forra, expressada em forma de nomeação. Elvira recebeu uma versão feminina do sobrenome de seu padrinho. Em um caso semelhante, um batizando recebe a classificação “adulta” mesmo constando ter apenas

11 anos. Ele foi batizado dia 16/08/1862 com outros seis inocentes. Os sete batizando tinham em comum, além do dia de batismo, o padrinho, José da Silva Fragoso e mães crioulas e livres. Fica a pergunta se poderia José ser pai de algum dos meninos².

O livro de registro de batismo de pessoas livres da Freguesia de Sacramento tem características bastante peculiares. Apesar da grande monta de folhas das quais é composto, o historiador que dele se ocupar, encontrará uma riqueza de informações³. A própria forma como estão dispostas as informações nos dá elementos para levantar questões. Diversos alforriados têm nele refeitos os seus registros; uma infinidade de crianças são filhas naturais de mulheres nascidas na corte, mulheres sem passado, sem família, sem informações sobre seu passado, apenas constando seus primeiros nomes. Algumas delas têm para seus filhos padrinhos escravos ou forros. Para elas não consta informação sobre cor ou ascendentes familiares, apenas compartilham um sobrenome: Maria da Conceição. Estas mulheres formam famílias e nada sabemos ainda sobre elas. Nesses registros, temos uma possível ponta em um novelo: os padrinhos, que têm seus nomes revelados e as padroeiras, que muitas vezes tomam os lugares das madrinhas. Com um cruzamento de dados com bancos que contemplem os nomes dos pequenos comerciantes, as datas de nascimento dos inocentes, os nomes de seus padrinhos, os dias dos santos católicos, poderemos saber mais sobre escravidão urbana, e ainda sobre as crenças dos homens da corte, sobre valores em torno da família e identificar símbolos e práticas sociais que permearam o espaço de convivência entre escravos, forros e livres; podemos revelar uma rede complexa de relacionamentos.

Os conflitos que se configuraram no Rio de Janeiro são tão ricos quanto complexos neste período e uma série de fatores contribuiu para isto. A liberdade poderia representar um sonho distante, para os que o forjaram durante o cativeiro, ou um assombroso caos para os que aos poucos perdiam o controle sobre seus bens. O medo toma conta do Rio de Janeiro, principalmente quando se diz respeito aos escravos que vêm do Norte. Um anunciante de escravos a venda faz questão de ressaltar que seus escravos “não são do Norte”, talvez para conseguir vendê-los mais rapidamente. Além do medo, teorias higienistas ganham espaço com a proliferação dos cortiços e tentam dar conta do controle social. A suspeição não distingue rostos, cada elemento marcado pela escravidão torna-se um perigoso em potencial.

Um elemento é fundamental, destaca Hebe de Castro, para que haja a experiência da liberdade: a mobilidade espacial (CASTRO, 1993: 31). Até meados do século XIX, nas

² Os batizados são Balbino (mãe: Anna Cecília, parda solteira, livre), Theodora, Maria, Angélica e Thereza (mãe: Maria Joanna, parda solteira, livre), Joanna e Anastácia (mãe: Ludovina Francisca, parda solteira, livre)

³ O livro em questão encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – AP 0079.

palavras de Carlos Eugênio Líbano Soares, “a avassaladora massa negra diariamente desfilava sua superioridade numérica pelas ruas de terra da capital” (SOARES, 2002: 287). As décadas de 1850 e 1860 são de profundas transformações e, segundo Chalhoub, teriam causas mais complexas que estímulos econômicos. Além do valor compensador oferecido por fazendeiros do interior, a venda de escravos pode ter sido movida, segundo o autor, por razões de segurança. Carlos Eugênio Líbano Soares descreve uma cidade que fervilha de gente nas ruas principalmente durante o carnaval e, mais ainda, que permite um contato muito direto entre todas as camadas sociais. As pessoas, mesmo fora do período carnavalesco, estariam mascaradas pela carapuça do anonimato. Neste mesmo sentido, Chalhoub aponta para a segurança coletiva como uma das grandes preocupações dos senhores, que viviam com a dificuldade de acompanhar os passos dos cativos e na quase impossibilidade de distinguirem cativos e forros. Nas ruas, encontrava-se de tudo: trapiches, trastes para vender, mantimentos, água, tudo. Tudo o que fosse necessário para o funcionamento da cidade (CHALHOUB, 1990: 198).

Roberto Guedes faz uma discussão sobre o espaço de autonomia do cativo neste espaço urbano. Indica o trabalho como característica marcante do escravo e que na cidade, conferia a este agente mais liberdade, devido ao movimento espacial de que as ocupações urbanas necessitam. Traz para seu trabalho uma questão pertinente ao meio urbano, sobre a quantidade de escravos de um mesmo senhor influir no controle destes cativos. Trava um debate com José Roberto Góes, refutando os argumentos deste não levando em conta a disparidade das análises. Nos termos do próprio Guedes, Góes afirmaria que pequenos senhores escravistas seriam mais relutantes no tocante à autonomia, e contra argumenta com dados que apontam para a predominância de pequenos proprietários nas cidades (BEZERRA NETO, 2005: 233). Suas conclusões são pertinentes, e por isso está sendo citado neste trabalho, no entanto a forma como conduz sua argumentação pode estar um tanto desmedida. O que cabe ressaltar é a ênfase que dá ao distanciamento do escravo e do controle direto de suas ações por conta da necessidade da execução de tarefas, dando espaço e tempo para que pusessem em prática a realização de suas expectativas pessoais.

As lutas travadas individualmente pelos escravos recebem um sentido político quando analisadas coletivamente. Pensar nestas lutas como sendo cada indivíduo responsável pela sua trajetória, não indicaria a pulverização da coletividade, mas sim a coletividade construída a partir de ações individuais, que não necessariamente tiveram o mesmo objetivo, mas que convergiram para uma mesma finalidade. Diferentemente dos Senhores de escravos, os cativos questionaram, a partir de suas escolhas, a legitimidade de suas próprias condições, e

tentaram, com as armas que lhes estavam disponíveis, pôr fim à condição escrava a que estiveram submetidos. Escolher padrinhos, os santos de devoção ou o lugar de residência pode ser incluído no rol de escolhas políticas forjadoras da sociedade de fins do século XIX.

Referências

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COUCEIRO, Luiz Alberto; ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. *Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres*. Sudeste, 1860-1888. Estudos Afro-asiáticos, ano 25, nº 2, 2003. pp. 281-306.

GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. Afro – Ásia, 27, 2007. p. 121-160.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Introdução.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Festa e Violência : os capoeiras e as festas populares na Corte do Rio de Janeiro (1809-1890)*. in. CUNHA, Maria Clementina Pereira.(org) *Carnaval e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.